ELIPSE MORFOLÓGICA: UMA ABORDAGEM SINTÁTICA PARA A FORMAÇÃO DE PALAVRAS

MORPHOLOGICAL ELLIPSIS: A SYNTACTIC APPROACH TO WORD FORMATION

Maurício Resende[1]
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O presente artigo propõe uma releitura de alguns fenômenos que envolvem o apagamento de constituintes internos à palavra à luz de uma abordagem sintática para a formação de palavras, no modelo da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANATZ, 1993). Mais especificamente, este estudo defende um paralelismo entre fenômenos de elipse no domínio da sintaxe e fenômenos da então chamada "lexicalização de afixos" no domínio da morfologia, advogando em favor de um tratamento sintático uniforme para ambos os casos. O presente trabalho mostra que os fenômenos conhecidos como elipse de NP, elipse de VP, elipse lacunar e alçamento de nó à direita têm correlatos no domínio da palavra; além disso, mesmo a elipse sem antecedente linguístico que ocorre na sintaxe é atestada também no domínio da palavra. Em síntese, este trabalho fornece uma evidência adicional em favor da abordagem sintática para a formação de palavras, na medida em que mostra que o fenômeno da elipse ocorre tanto no domínio da sentença/do sintagma quanto no domínio da palavra.

Palavras-Chave: Elipse; Morfologia Distribuída; Lexicalização de afixos.

[1] Email: mauri_cio_resende@hotmail.com
Agradeço à Ruth Vasconcellos Lopes por todas as discussões sobre elipse bem como por sugestões e apontamentos em versões anteriores deste trabalho. Além disso, um agradecimento especial a um dos pareceristas anônimos por suas valiosas contribuições e observações. Contudo, qualquer problema ou equívoco que possa eventualmente ter permanecido é de minha inteira responsabilidade.

Abstract: *The present paper proposes a review of some phenomena involving the deletion of morphological constituents in light of a syntactic approach to word formation, in the Distributed Morphology framework. (HALLE & MARANTZ, 1993). More specifically, this study claims that the ellipsis phenomena in the syntactic domain patterns with the so-called "affix lexicalization" phenomena in morphological domain, arguing for the same syntactic treatment for both cases. The work shows that the phenomena known as NP ellipsis, VP ellipsis, gapping, and right node raising have correlated forms in the word domain; moreover, even the non-linguistic antecedent ellipsis occurring in the syntax is also found in morphology. In short, this work provides further evidence for a syntactic approach to word formation, as it shows that the ellipsis phenomenon is found both in the phrase/sentence and word domains.*

Keywords*: Ellipsis; Distributed Morphology; Affix lexicalization.*

INTRODUÇÃO

Dentro dos estudos linguísticos, metodologicamente é bastante clara (e bem aceita) a ideia de que o componente morfológico difere substancialmente do componente sintático; no entanto, do ponto de vista empírico – e, em alguma medida, à luz da modularidade da arquitetura da gramática – as fronteiras entre morfologia e sintaxe se mostram bem menos evidentes.

Na verdade, é de longa data o reconhecimento de que algumas operações morfológicas – tais como a concordância e a marcação morfológica de caso – são sensíveis à sintaxe e, logo, há evidência de que deve haver, em algum momento, algum tipo de interação entre esses dois níveis. Adicionalmente, muitos trabalhos já haviam sugerido que existe uma sintaxe interna à palavra (uma sintaxe lexical[2]) ou ainda que há um paralelismo entre constituintes sintáticos e constituintes morfológicos[3] na maneira como eles se estruturam e interagem entre si.

A respeito disso, em literatura linguística mais recente, Halle & Marantz (1993), no modelo da Morfologia Distribuída, levam às últimas consequências a interação entre sintaxe e morfologia e propõem que existe apenas um componente gerativo na Gramática – o componente sintático –, e que este forma tanto sintagmas/sentenças quanto palavras, por meio do mesmo conjunto de operações e princípios – concatenação e movimento –; assim, nesse modelo, conforme Halle & Marantz (1994), existe *estrutura sintática hierárquica por toda derivação*.

Esse quadro se configura como uma abordagem antilexicalista na medida em que nega a existência de um léxico gerativo formador de palavras – os átomos

[2] Cf., por exemplo, Hale & Keyser (1993).
[3] Cf. Williams (1981), entre outros.

sintáticos – e armazenador de informação idiossincrática, que já adentram o sistema computacional com sua forma fonológica e suas propriedades semânticas definidas; nessa abordagem, as informações fonológicas, sintáticas e semânticas dos então itens lexicais estão distribuídas em três listas, acessadas em diferentes momentos da derivação.

Nesse modelo de gramática, conforme Marantz (1997), o *Léxico estrito* (a Lista 1) alimenta a sintaxe com raízes e feixes de traços morfossintáticos/semânticos abstratos, isto é, desprovidos de conteúdo fonológico e de conteúdo semântico irrelevante para a sintaxe (em última análise, qualquer informação de significado não composicional)[4]. Essa primeira lista alimenta o sistema computacional (a sintaxe), e este por meio de concatenação e movimento gera todas as estruturas – palavras, sintagmas, sentenças. Nessa perspectiva, mesmo as estruturas morfológicas mais simples – ou morfologicamente básicas, em termos lexicalistas – são o resultado da concatenação sintática de uma raiz acategorial com um núcleo categorizador.

Posteriormente, as estruturas geradas pelo sistema computacional são simultaneamente enviadas para PF e LF. Em PF, a *estrutura morfológica* (MS) realiza operações adicionais (fusão, fissão, empobrecimento, inserção de morfemas dissociados), obedecendo aos mesmos princípios sintáticos, para dar conta dos requerimentos específicos das línguas de boa formação morfológica.

Em seguida, uma operação em MS denominada *inserção de Vocabulário* atribui às estruturas geradas pelo sistema computacional a sua informação fonológica, a qual aparece listada no *Vocabulário* (a Lista 2) juntamente com a informação contextual para a sua inserção. Simultaneamente, na ramificação em LF, a *Enciclopédia* (a Lista 3) fornece às estruturas o seu conteúdo semântico, (inclusive o seu conteúdo não composicional, extralinguístico) por meio de instruções contextuais para a interpretação das estruturas.

Assim, em uma "abordagem sintática para a formação de palavras", muitas das operações conhecidas como "operações morfológicas" são, na verdade, operações sintáticas no domínio da palavra. Naturalmente, para motivar a postulação de que morfologia e sintaxe, de fato, operam com a mesma

[4] Contudo, cumpre mencionar que há um debate bastante acalorado e atual na literatura a respeito da identidade das raízes; mais especificamente, se elas possuem ou não informação fonológica e, igualmente, se elas têm ou não conteúdo semântico; cf. Harley (2014) para discussão e referências.

maquinaria e respeitam os mesmos princípios, é preciso mostrar – entre outras coisas – que ambas estão sujeitas aos mesmos tipos de fenômeno.

Contrastivamente, alguns autores já haviam chamado a atenção para a existência de fenômenos que seriam exclusivos a apenas um dos níveis; para citar um exemplo, Fábregas & Scalise (2012) comentam o fato bastante conhecido de que um determinado constituinte sintático pode ser movido de sua posição de origem para outra posição na sentença, como mostra (1a); por outro lado, constituintes morfológicos não parecem poder ser deslocados de sua posição originária, como mostra (1b), em um caso de composição.

(1) (a) Quem$_i$ o João viu t_i na festa?

(b) *Qual cama$_i$ a Maria comprou sofá-t_i?

Os dados em (1) parecem indicar que, diferentemente dos constituintes sintáticos, constituintes morfológicos não podem ser deslocados de sua posição de origem; contudo, a própria literatura reconhece que nem todos os constituintes de uma sentença podem ser movidos, e esses domínios sintáticos dos quais não se pode mover nenhum elemento ficaram conhecidos como *ilhas*. Sob essa perspectiva, Fábregas & Scalise alegam que o fato de que constituintes morfológicos não podem ser movidos poderia ser explicado pela postulação de que as palavras constituem ilhas, ou seja, domínios fechados para movimento.

Adicionalmente, Fábregas & Scalise discorrem sobre outra propriedade bastante conhecida dos constituintes sintáticos, a saber, a de poderem ser retomados por outro elemento; os autores atentam inclusive para a possibilidade de correferenciação mesmo quando o elemento está dentro de uma ilha, como mostra (2a). Diferentemente, a possibilidade de correferenciação está indisponível para constituintes morfológicos, como indica (2b).

(2) (a) O João acenou para o Pedro$_i$ quando o$_i$ viu.

(b) *O João viu o beija-[flor]$_i$ e se encantou com ela$_i$.

Para o caso de (2b), os autores argumentam que a impossibilidade de correferenciação a um constituinte interno à palavra impõe uma dificuldade para a postulação de um comportamento uniforme entre constituintes sintáticos e morfológicos, já que considerar a palavra como uma ilha não explica por que é

possível fazer referência a elementos internos a uma sentença – mesmo estando eles no domínio de uma ilha, como é o caso de (2a) – mas não a elementos morfológicos internos a uma palavra, como (2b).

Por ora, parece coerente concordar com Fábregas & Scalise no sentido de que constituintes internos a uma palavra não podem ser pronominalizados, e esse fenômeno ainda precisa ser mais bem explorado no domínio da morfologia; todavia, alguns dados sugerem que a afirmação de que não é possível fazer referência a constituintes internos a uma palavra precisa ser revista. Johnson (2001), por exemplo, mostra que, em inglês, há casos de elipse em que um VP toma como antecedente apenas uma parte do NP deverbal que o precede – no caso, a base verbal – como apontam as sentenças em (3a) e (3b) em oposição a (3c).

(3) (a) Peter is a great driver and when he does Δ everybody enjoys it.

(b) Anne avoids drinking, but sometimes she wants to Δ.

(c) *Peter is a great artist and when he does Δ everybody enjoys it.

A respeito da gramaticalidade de (3a-b), em que a base verbal do NP funciona como antecedente para o verbo expletivo em (3a) e para o material elidido em (3b), Johnson defende que é perfeitamente possível que nomes deverbais desse tipo sejam construídos no curso da derivação sintática, o que inclusive explicaria a agramaticalidade de (3c), já que *artist* ('artista') não é um nome deverbal e, portanto, não conteria uma base verbal que poderia servir de antecedente para uma elipse na sentença seguinte.

Além disso, o autor mostra dados do inglês em que sentenças na voz passiva podem servir como antecedente para sentenças na voz ativa, de modo que seja feita novamente referência (por elipse) a um constituinte interno à palavra – o que pode ser ilustrado com sentenças do tipo de (4).

(4) (a) This could have been cleaned by her, but she preferred not to Δ.

(b) I would like to have my car fixed, but I do not know how to Δ.

Adicionalmente a esses casos, Zocca (2003) mostra que, em português, a morfologia flexional verbal apresenta um comportamento bastante semelhante aos casos do inglês, apontados por Johnson, no que concerne à propriedade de uma determinada base verbal servir de antecedente para uma elipse que aloca

afixos flexionais distintos do seu antecedente, como exemplificam os casos em (5). Para a autora, a gramaticalidade desses exemplos pode ser explicada pelo fato de que existe algum momento da derivação em que somente a forma de base do verbo (isto é, sem os afixos flexionais) aparece – o que satisfaria a condição de identidade necessária para esse tipo de elipse.

(5) (a) O João saiu, e a Ana também vai Δ.

(b) Antes o Carlos queria uma esposa, mas agora não Δ mais.

Sob essa mesma perspectiva, ao atentar mais cuidadosamente para alguns fenômenos morfológicos (e, em última análise, sintáticos) do português, parece ser possível também elidir elementos derivacionais nessa língua, como indicam os exemplos em (6).

(6) (a) Ele é prefeito ou vice-Δ?

(b) O menino saiu do prédio rápida-Δ e sorrateiramente.

Diante dos dados arrolados e dadas essas considerações, o objetivo do presente artigo é propor uma reinterpretação de alguns fenômenos já discutidos na literatura, sobretudo no que tange a "apagamentos" de constituintes morfológicos (isto é, internos à palavra) e, adicionalmente, mostrar que existe um paralelismo entre estes e os fenômenos tratados na literatura como instâncias de elipse ("apagamentos" de constituintes sintáticos, ou seja, no domínio da sentença), argumentando em favor de uma abordagem sintática para a formação de palavras, como a esboçada anteriormente. Assim, se a proposta defendida no presente trabalho estiver na direção correta, há mais uma evidência de que morfologia e sintaxe operam com a mesma tecnicália e obedecem aos mesmos princípios e, por consequência, estão sujeitas ao mesmo tipo de fenômeno.

1 APAGAMENTO EM MORFOLOGIA

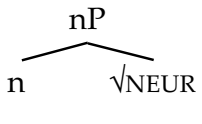
Ainda que a hipótese de que constituintes internos à palavra possam ser elididos da mesma maneira que constituintes internos à sentença seja relativamente nova, a ideia de que alguns processos morfológicos derivacionais envolvem o apagamento de estrutura morfológica/sintática é bastante antiga em morfologia – inclusive na tradição gramatical. Para citar um exemplo, Basílio

(1987) entende que a abreviação é uma operação que forma palavras mediante a supressão de uma parte do vocábulo, seja ela fonológica como *delega* de *delegado*, seja morfológica como *foto* de *fotografia* ou *pós* de *pós-graduação*.

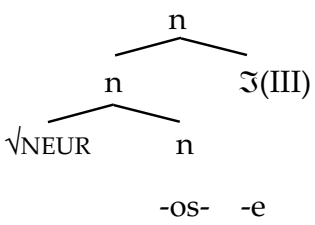
Todavia, um dos grandes problemas que subjaz à caracterização da então chamada "abreviação" é o de que tal rótulo recobre normalmente diversas operações morfológicas distintas, de tal forma que tratar o apagamento de um constituinte morfológico como instância de abreviação não dá pistas claras do que, de fato, está ocorrendo na derivação morfológica/sintática de uma palavra. Não é objetivo deste trabalho discutir todos esses processos, mas convém deixar claro em que medida eles diferem.

Primeiramente, alguns trabalhos têm tratado *delega* como instância de truncamento, um fenômeno morfológico (e não fonológico); para Scher (2017), por exemplo, palavras como *delega* e *neura* são formas truncadas correspondentes – mas não sinônimas – de *delegado* e *neurose* respectivamente. Sob essa perspectiva, Scher – assumindo o modelo da Morfologia Distribuída, nos termos brevemente apresentados na introdução – defende que as estruturas para a formação de *neurose* são como as que aparecem em (7).

(7) (a) Sintaxe



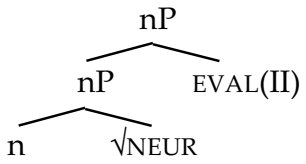
(b) Morfologia



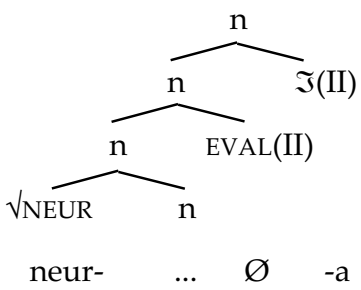
A estrutura em (7a) representa o passo sintático de categorização da raiz √NEUR, por meio da concatenação com o nominalizador *-os-*. Quando essa estrutura é enviada para PF, em MS, um núcleo ℑ – que aloca a vogal temática – é inserido para satisfazer uma condição de boa formação morfológica do português. Como assume Scher, esses núcleos têm os traços de classe I (para *o*), II (para *a*) e III (para *e*) no caso das vogais temáticas nominais.

Diferentemente, para a derivação de *neura*, dispõe-se de um traço de categoria avaliativa [EVAL], responsável pela leitura apreciativa que se tem na forma truncada. As estruturas para *neura* são aquelas que aparecem em (8).

(8) (a) Sintaxe



(b) Morfologia



Para Scher, [EVAL] não substitui o núcleo *n*. Essa categoria apenas adiciona ao significado de *neura* uma leitura apreciativa. Assim, na estrutura morfológica em (8b), ocorre a inserção do morfema de classe ℑ (para a vogal temática) que exibe os traços da classe II (por hipótese) por conta do traço [EVAL]. Finalmente, segundo essa análise, antes que a inserção de Vocabulário ocorra, uma regra de empobrecimento como (9) apaga o traço [N] da categoria *n*. De acordo com essa regra, tal apagamento se dá sempre que esse traço estiver na presença de um núcleo [EVAL].

(9) $_{n}$[N] → [~~N~~] / [EVAL].

Assim, diferentemente de propostas lexicalistas como a de Basílio (1987), Scher (2017) dá ao fenômeno do truncamento um tratamento sintático, baseado nos pressupostos da Morfologia Distribuída, que envolve o apagamento (por meio de uma regra de empobrecimento) de um morfema.

No que tange a formas como, por exemplo, *foto* (*fotografia*), *moto* (*motocicleta*), *pornô* (*pornográfico*) e *pneu* (*pneumático*) etc., tratadas igualmente como casos de abreviação, alguns autores, como Rocha (1998), consideram que esses exemplos são instâncias de derivação truncada estrutural, uma vez que envolvem a supressão (sistemática) de um afixo; porém, diante desses dados não fica totalmente claro se se está diante de um afixo (*-gráfico*, *-grafia*, *-cicleta* etc.) ou se, na verdade, esses exemplos são casos de composição, e o que ocorre é o apagamento de uma das duas raízes.

De todo modo, parece intuitivo afirmar que o tratamento atribuído a *neura*, *responsa*, *delega* não deve ser o mesmo para *foto*, *moto*, *pneu* já que a "abreviação" das formas nesse último caso não parece envolver uma leitura apreciativa (ou seja, a presença de um núcleo [EVAL]) como nas primeiras. Não está na alçada do

presente trabalho discutir a natureza desse tipo de apagamento; para uma discussão desse fenômeno, cf. Scher & Nóbrega (2014).

Um terceiro tipo de "apagamento", já tratado na literatura sobre processos morfológicos do português, foi observado por Sandmann (1989) acerca de casos como *meia*[5] (*meia-entrada*), *progressiva* (*escova progressiva*) *rodoviária* (*estação rodo*(*ferro*)*viária*), entre outros. Diferentemente da tradição gramatical, que trataria esses exemplos como instâncias de conversão morfológica[6], Sandmann entende que estes são casos de elipse, em que o núcleo desses sintagmas nominais compostos é omitido – em uma espécie de metonímia morfológica/sintática. Se esses casos são instâncias de conversão morfológica (ou de "(re)categorização sintática" nos termos da Morfologia Distribuída) ou de elipse (na análise de Sandmann) e se existe alguma relação entre esses exemplos e *foto*, *moto* etc. essas ideias precisam ser ainda mais bem exploradas.

Pondo de lado esses casos – isto é, fenômenos que já foram tratados na literatura como instâncias de (algum tipo de) apagamento de constituinte morfológico – e igualmente os fenômenos discutidos por Zocca (2003) para a morfologia flexional, como em (5) – o presente trabalho se detém em casos como (10), em que parece haver o apagamento de determinado constituinte da palavra.

(10) (a) pós ← pós-graduação.

(b) ex ← ex-namorado.

(c) vice ← vice-prefeito.

Gonçalves (2016), dentro de um quadro lexicalista, trata os exemplos em (10) como instâncias de "lexicalização de afixo", ou seja, casos idiossincráticos da ocorrência de afixos em lugar das palavras; entretanto, o objetivo deste trabalho é justamente o de mostrar que esse fenômeno não só não está "lexicalizado" (e, nesse sentido, enrijecido), mas também envolve um processo sintático (e não lexical) para o seu licenciamento. Nessa perspectiva, este estudo, ancorado em uma abordagem sintática para a formação de palavras, advoga em favor de um paralelismo entre os "apagamentos" na morfologia e os "apagamentos" na sintaxe.

5 Como em *estudante paga meia*.

6 A então chamada "derivação imprópria".

2 APAGAMENTO EM SINTAXE

A ideia de que sintagmas podem ser elididos/"omitidos"/"apagados" não é nova. A própria tradição gramatical há muito tempo faz referência ao fenômeno da elipse[7]; todavia, assim como no caso de "abreviação", "elipse" se tornou um rótulo extremamente amplo que recobre diversas operações distintas de elisão de material sintático; tais operações dizem respeito a diferentes tipos de elipse que impõem diferentes restrições que pesam sobre o seu licenciamento. As sentenças em (11) ilustram dois casos comuns de elipse: (11a) com elipse de VP e (11b) com elipse de NP.

(11) (a) Eu não empurro [o carrinho] quando o Pedro empurra Δ.

(b) O João tem um [carro] prata, e o José tem um Δ preto.

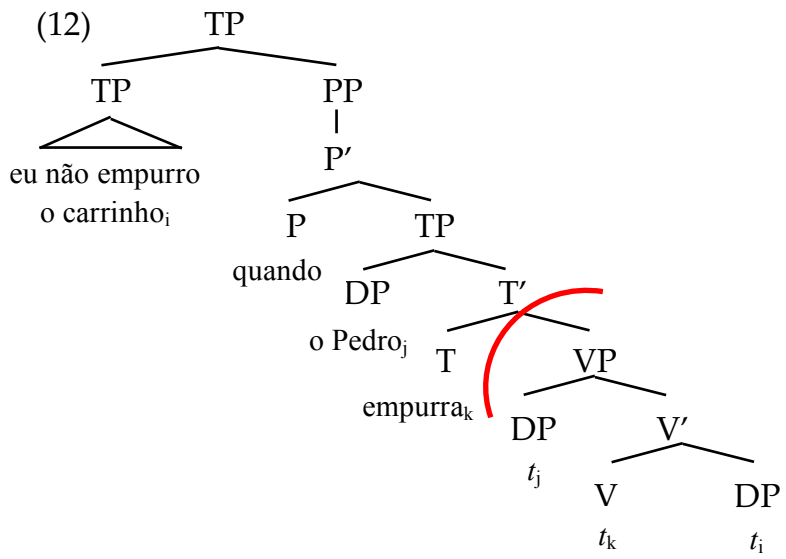
Partindo dos dados em (11), uma das primeiras questões que surge é se o material da elisão diz respeito a um constituinte sintático que foi apagado em PF ou se o constituinte elidido está, na verdade, ausente sintaticamente, mas é reconstruído semanticamente em LF[8]. Além dessa, uma pergunta adicional versa sobre o estatuto do "silêncio", isto é, se o vazio sintático corresponde a uma cópia do marcador sintagmático ou a uma categoria vazia (como *pro*). Ademais, as estruturas de elipse são anafóricas por natureza, pois dependem do seu antecedente para que seu significado seja recuperado; tal antecedente poder ser linguístico – recuperado por algum elemento anteriormente referido – ou extralinguístico – quando se recupera o elemento contextualmente.

Partindo do princípio de que o 'vazio sintático' é uma elipse com antecedente linguístico e de que o sítio elidido corresponde a um apagamento em PF[9], uma elipse de VP como (11a) poderia ser representada como (12).

[7] Na tradição gramatical, "elipse" é uma figura de linguagem no nível da sintaxe.

[8] Merchant (2016) menciona ainda teorias híbridas de elipse que incorporam identidade sintática e semântica na tentativa de dar conta de um maior número de casos de elisão.

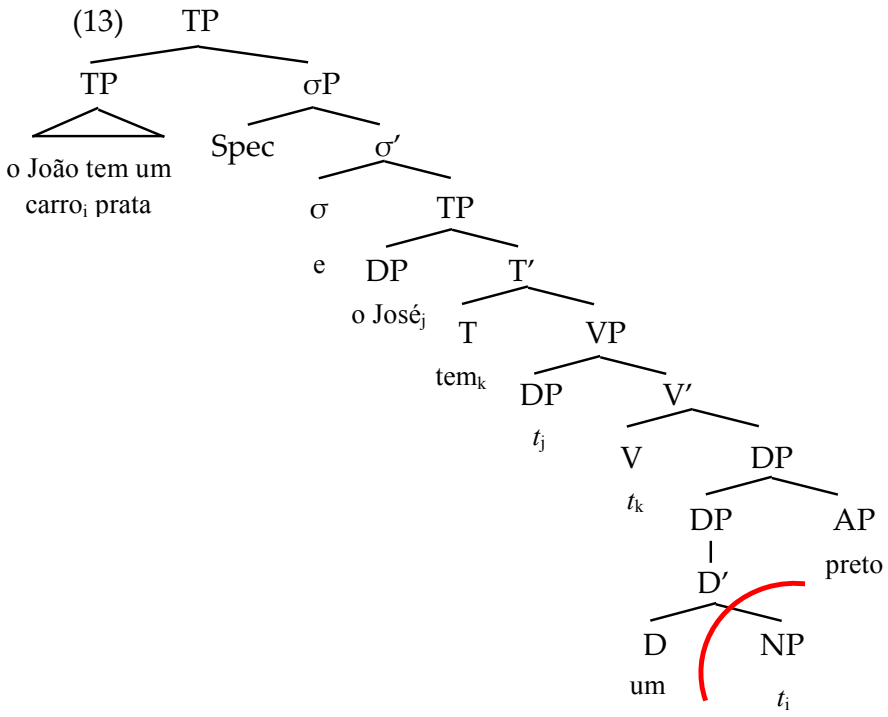
[9] Cf. Zocca (2003) para argumentos em favor desta análise com dados da morfologia flexional do português.



Ao observar a estrutura em (12), com base no que foi afirmado, é possível postular que uma elipse de VP envolve o apagamento em PF de todos os galhos abaixo do VP. Adicionalmente, para recuperar a leitura de *o carrinho* como argumento interno do VP, é necessário que haja identificação entre o sítio elidido e o seu antecedente. A respeito disso, Lobeck (1995) assume que a identificação do Δ X com o seu antecedente Y requer que X esteja ligado a Y, ou seja, que X c-comande Y e que ambos possuam o mesmo índice referencial; ou no caso de um Δ sem índice referencial, que ele seja regido por antecedência.

Nesse caso, o sítio elidido está sendo c-comandado pelo seu antecedente, e eles apresentam o mesmo índice referencial. Ainda sob essa perspectiva, uma maneira de representar a elipse de NP de (11b) seria (13)[10].

[10] Por questão de simplicidade, está sendo desprezada a discussão acerca da implementação das estruturas coordenadas em um modelo de ramificação binária; nesse caso, então, está se assumindo um marcador sintagmático σP que contém um núcleo σ que aloca a conjunção aditiva.



Ao observar a estrutura em (13), é possível verificar que em PF, todos os galhos abaixo de NP são apagados e, dados a correferenciação e o c-comando com o antecedente, a identidade da elipse fica garantida.

3. ELIPSE INTERNA À PALAVRA: UM FENÔMENO SINTÁTICO

Como já antecipado, muitos morfólogos já atestaram a possibilidade da ocorrência de um afixo em lugar da palavra inteira – ainda que essa operação receba rótulos diferentes a depender do autor[11]. Alguns exemplos do português desse fenômeno podem ser vistos em (14)[12].

[11] Para Basílio (1987) "abreviação"; para Rocha (1998), "derivação truncada estrutural"; para Gonçalves, (2016), "lexicalização de afixo".

[12] Para propriedades fonético-fonológicas dos prefixos *pré* e *pós*, as quais licenciariam a autonomia fonética, cf. Schwindt (2001).

(14) (a) pós ← pós-graduação.

(b) ex ← ex-mulher.

(c) vice ← vice-prefeito.

(d) bi ← bissexual.

Considerando exemplos como (14), a primeira constatação é a de que deve haver algum tipo de operação morfológica/sintática que licencia essas ocorrências, já que a mera figuração desses prefixos, separados de uma base, colocaria em xeque a definição de morfema mais elementar, a saber, a de que afixos (nesse caso, formas presas) não podem ocorrer independentemente. Autores como Basílio (1987), Rocha (1998) e Gonçalves (2016), assumindo pressupostos lexicalistas, entendem que casos como os de (14) são formados por meio de um processo derivacional que transforma uma parte da palavra em uma nova palavra com o mesmo significado – uma espécie de metonímia morfológica.

O principal problema desse tipo de análise é que faz parecer estático um processo claramente dinâmico. Um exemplo disso é a variação na contribuição semântica de *vice-* nas sentenças em (15), já que o significado referencial depende de uma base ausente.

(15) (a) Esse é o coordenador do projeto, aquele é o vice-Δ.

(b) Eu votaria nesse presidente, o problema é o vice-Δ.

(c) Ana recusou ser secretária, mas aceitou ser vice-Δ.

O que os casos em (15) parecem mostrar é que se a ocorrência do prefixo como forma livre dependesse de alguma operação derivacional lexical, haveria uma proliferação de prefixos homônimos no léxico, uma vez que em cada sentença, *vice-* parece fazer referência a um elemento (linguístico) distinto, dada a semântica da base. O mesmo para vale para (16), com casos em que não há antecedente linguístico (mas extralinguístico, isto é, dado contextualmente).

(16) (a) O Pedro nunca esqueceu a ex-Δ.

(b) Eu não aceito ser vice-Δ.

Adicionalmente a esses casos, há exemplos em que o mesmo prefixo ocorre em lugar de bases completamente diferentes – desencadeando leituras

semânticas bastante distintas. Isso pode ser visto em (17) para *micro-* e em (18) para *bi-*.

(17) (a) Esta pizza está fria, vou ter que esquentar no micro-Δ.

(b) Empresa grande dá trabalho, me contento em ter uma micro-Δ.

(18) (a) A Ana disse que é bi-Δ.

(b) O Brasil é pentacampeão, e o Japão é bi-Δ.

Finalmente, existem casos de elisão de material morfológico/sintático que não poderiam ser explicados por meio de um processo de "lexicalização de afixo" simplesmente pelo fato de que ou o afixo está elidido ou não apresenta um significado semântico estável a ponto de estar 'lexicalizado', como indicam os dados em (19a), (20a) e (21a). Adicionalmente, a agramaticalidade de (19b), (20b) e (21b) mostra que é justamente o ambiente sintático que está licenciando os casos de elisão.

(19) (a) Fazemos atendimento pré-Δ e pós-parto.

(b) *Fazemos atendimento pré-.

(20) (a) Afinal, você é anti-PT ou Δ-FHC?

(b) *Eu sou anti-.

(21) (a) O menino entrou rápida-Δ e sorrateiramente.

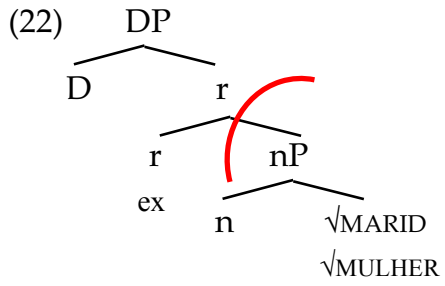
(b) *O menino entrou rápida-.

O que todos os exemplos arrolados sugerem é que parece haver uma sistematicidade sintática no licenciamento de tais afixos, separados de suas bases, ou seja, casos como (14)-(21) parecem servir como evidência para tratar essas ocorrências como instâncias de elipse – no sentido sintático do termo. Nessa perspectiva, não há material simplesmente "apagado" por um processo derivacional (lexical), mas sim, elidido e recuperado por um antecedente linguístico ou extralinguístico. No bojo dessas considerações, assumindo uma abordagem sintática para a formação de palavras, com base no modelo da Morfologia Distribuída, o presente estudo advoga em favor do reconhecimento de processos de elipse também no domínio da palavra.

4 TIPOS DE ELIPSE NA SINTAXE/MORFOLOGIA

O objetivo desta seção é apresentar uma proposta que relaciona os tipos de elipse encontrados no domínio da sentença aos tipos de elipse (por hipótese) encontrados no domínio da palavra. No nível da palavra, o primeiro tipo de elipse, e talvez o mais produtivo, é aquele em que há a elisão de uma base, deixando somente um prefixo adjungido ao constituinte elidido. Esse é o caso de *micro-*, *ex-*, *vice-*, *x-*[13], *sub-*, *pós-*, *pré-* etc., em que o elemento elidido geralmente é um nome (*microempresa*, *ex-marido*, *vice-prefeito*, *x-salada*, *subsecretário*, *pós-graduação*). Assim, para esses dados seria possível falar em elipse de nP. A estrutura (relevante para os propósitos desta análise) dessas palavras seria como aquelas em (22).

(22)



A respeito de (22), seguindo a análise de Bassani (2012) para alguns prefixos, *ex* aparece como realização de um núcleo *r* (de "morfema relacional"); para os propósitos deste trabalho, o que é relevante é que nP aparece como complemento de *r*. Assim, em alguma medida, pode-se estabelecer um paralelo entre a elipse de NP, no domínio da sentença – como aquela em (11b) – e a elipse de nP no domínio da palavra, já que, em última análise, o sitio elidido é ocupado por um nome – e, nesse sentido, elidir o NP significa elidir também N/nP; porém, diferentemente do que acontece em (11b), o constituinte elidido não é uma palavra 'fechada', isto é, como (22) mostra, a parte elidida é o nP que aparece como complemento de *r*, deixando que se superficialize somente o morfema *r*, *ex*.

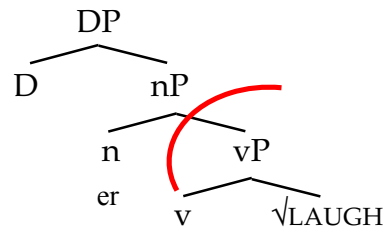
De modo análogo à elipse de nP, é possível considerar que casos como os de (3) do inglês, mostrados por Johnson (2001), envolvem a elipse de vP de tal forma que haja algum estágio na derivação dos nomes deverbais em que

[13] Gonçalves (2016) faz referência ao uso de *x-* como nome genérico de um lanche, em que o elemento elidido é aquele que especifica o recheio do sanduíche (*x-salada*, *x-frango*, *x-polenta*, *x-tudo* etc.).

estrutura foi, de fato, um verbo, ou seja, na derivação desses nomes, a raiz acategorial primeiramente se concatena a um verbalizador para, posteriormente, se concatenar a um nominalizador – o que já havia sido sugerido pelo próprio Johnson. A parte relevante da estrutura de (3a), reescrita como (23a) é representada como segue.

(23) (a) Peter is a laugher and when he does Δ everybody enjoys it.

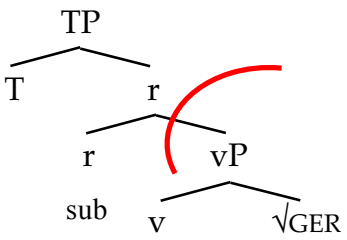
(b)



Com base na estrutura em (23b), é possível mostrar que a parte que serve como antecedente para elipse em (23a), representado por Δ, é apenas o estágio verbal – a primeira fase da derivação de *laugher*, [laugh]$_v$, que envolve a concatenação da raiz ao categorizador verbal, *v*. No que concerne ao português brasileiro, um exemplo de elipse de vP poderia ser aquele em (24) em que somente o morfema *r* aparece superficializado, e o vP – isto é, o estágio verbal – aparece elidido.

(24) (a) Esse sistema sub-Δ e sobre[gera] dados.

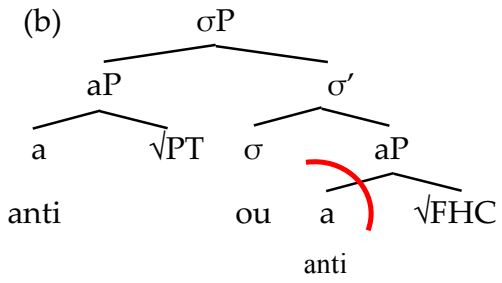
(b)



Um terceiro caso de elipse no domínio da palavra que, embora menos produtivo, é encontrado em português é aquele em que há a elisão do núcleo – nos termos de Williams (1981) –, ou seja, o elemento que atribui à palavra a sua categoria. Em (25), ocorre a elipse de *anti-*, que toma como antecedente o categorizador adjetival mais à esquerda na estrutura.

(25) (a) Afinal, você é anti-PT ou Δ-FHC?

(b)



É sabido que normalmente os prefixos não são capazes de atribuir (ou modificar) a categoria da base à qual se adjungem, por isso, os prefixos têm, não raramente, aparecido tratados como morfemas relacionais – o morfema *r* – e não categorizadores. Entretanto, há alguns casos de prefixos, tais como *anti* e *pós*, que são capazes de alterar a categoria da base, como pode ser visto, por exemplo, em [ruga]$_N$ → (*creme*)[antirruga]$_A$ e [parto]$_N$ → (*depressão*) [pós-parto]$_A$. Por essa razão, a presente análise defende que o prefixo *anti* – diferentemente de *ex* e de *sub* – deve ser tratado como um núcleo categorizador.

De todo modo, diferentemente da implementação de uma morfologia baseada em palavras, na Morfologia Distribuída é possível defender que PT e FHC são raízes[14] e que anti- é o (primeiro) categorizador da estrutura que as transformam em adjetivos (aP). Portanto, a respeito de (25b), ainda que seja claro que o elemento elidido é o núcleo categorizador, alguns comentários devem ser feitos a respeito da implementação teórica empregada para dar conta desses casos, já que a observação de (25) revela que o material elidido está no meio da estrutura, isto é, há material pronunciado antes e depois do sítio elidido – fenômeno que já tinha sido constatado igualmente no domínio da sentença, como mostra (26), e que ficou conhecido como *elipse lacunar*[15].

(26) A Ana comprou um carro; e o Pedro, Δ uma moto.

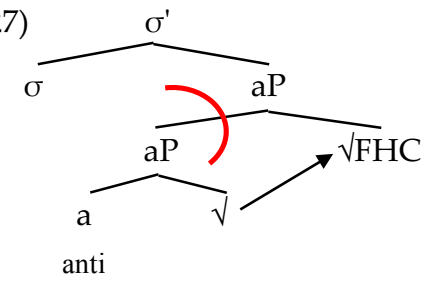
[14] Por questões de simplicidade, o presente trabalho assume simplesmente que PT e FHC são raízes; no entanto, parece seguro afirmar que a derivação de anacrônimos envolve questões fonológicas/morfológicas/sintáticas bem mais complexas do que pode parecer à primeira vista.

[15] Em inglês, *gapping*.

Para Johnson (manuscrito), em uma estrutura A c B em que c é *e* ou *ou*, a elipse lacunar apaga uma cadeia em B que é idêntica em A[16], e esse é exatamente o caso em (25): há um elemento c (*ou*, que preenche σ) e há uma cadeia em B que é idêntica à em A (o categorizador *anti-*); para Johnson, a elipse lacunar elide um constituinte posteriormente ao movimento[17] dos constituintes remanescentes, os quais saltam por cima de um elemento, para uma posição mais alta.

Logo, transpondo essa análise para o domínio da palavra, seria necessário postular que √FHC sobe para uma posição adjunta a aP, deixando o categorizador *a* em uma posição mais à esquerda para que seja, posteriormente, elidido. Convém lembrar que o tratamento sintático desse fenômeno permite perfeitamente que ocorra no domínio da palavra aquilo que ocorre no domínio da sentença (a propriedade de "estrutura sintática por toda a derivação"). Assim, nessa análise, (a parte relevante de) a estrutura de (25) seria (27).

(27)



Além desses, um quarto tipo de elipse observado no domínio da palavra é aquele em que o sítio elidido aparece no primeiro constituinte ao invés de no segundo, como indicam os casos em (28) – e também (24a). Vale a pena destacar que esse fenômeno já foi igualmente verificado no domínio da sentença, como ilustram os exemplos em (29). Em sintaxe, esse tipo de elipse ficou conhecido como *alçamento de nó à direta* – (6b) aparece reescrito em (28a); e (24a), em (28c).

16 Conforme Johnson (manuscrito), é necessário também que essa estrutura satisfaça a restrição de não encaixamento, a saber, sejam A e B sintagmas conjuntos ou disjuntos e β uma cadeia elidida em B cujo antecedente é α em A, então, α e β devem conter o verbo mais alto em A e B; todavia, dada a natureza da elipse lacunar proposta, tal restrição não se aplica.

17 Em inglês, *scramble*.

(28) (a) O menino saiu do prédio rápida-Δ e sorrateiramente.

(b) Fazemos atendimento pré-Δ e pós-parto.

(c) Esse sistema sobre-Δ e subgera dados.

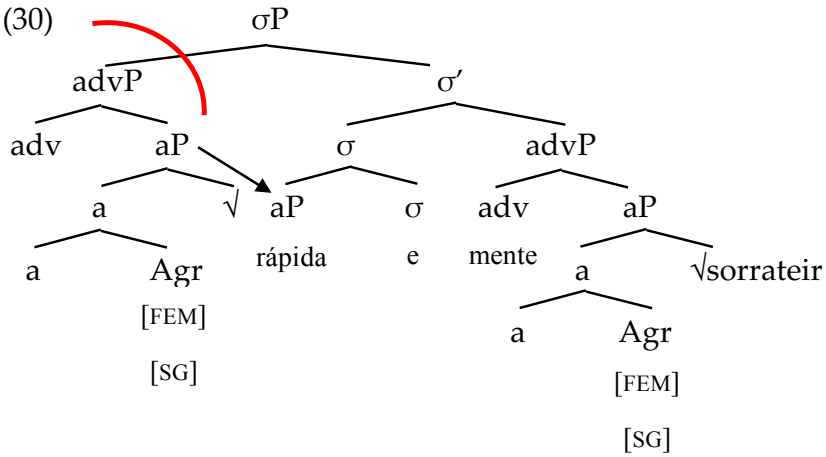
(29) (a) O João ama Δ, mas a Maria odeia feijoada.

(b) A Joana emprestou Δ, e o Pedro comprou o livro.

Nos casos que respeitam ao domínio da palavra, (28a) elide o núcleo da palavra, ou seja, o seu categorizador *adv* – a ocorrência do adjetivo flexionado na forma feminina atesta a supressão de *-mente*; em (28b) e (28c) ocorre a elipse de nP e vP respectivamente. A respeito do alçamento de nó à direita, Johnson (manuscrito) entende que tal operação remove o objeto do primeiro sintagma conjuntivo e, estendendo esse critério à esfera da palavra, seria possível falar em elisão do núcleo – entendido como o categorizador último da estrutura. A implementação sintática para esse tipo de operação, como o próprio nome sugere, envolve o alçamento de um constituinte a um galho à direita, em uma estrutura de adjunção.

Sendo assim, é possível considerar uma certa semelhança entre a elipse lacunar e o alçamento de nó à direita; no entanto, Jackendoff (1971) defende que o fenômeno da elipse lacunar envolve a remanescência de material nas bordas à direita e à esquerda, como em (24a) e (25), o que não ocorre em (28) e (29); para o autor, isso seria suficiente para tratar esses casos diferentemente. Além disso, Johnson (manuscrito) alega que a elipse lacunar só ocorre no segundo constituinte da conjunção. Logo, a representação para esse tipo de elipse poderia ser aquela em (30).

(30)



Assim, conforme esta proposta, em *rápida e sorrateiramente*, a base (isto é, a primeira fase) da primeira estrutura da conjunção se move para uma posição de adjunção a σ, isto é, se alça a um nó à direita e, posteriormente, a primeira estrutura é elidida[18].

Por fim, adicionalmente à elipse de nP, à elipse de vP, à elipse lacunar e ao alçamento de nó à direita, convém tecer alguns comentários a respeito da elipse sem antecedente linguístico no domínio da palavra, como ilustram os exemplos em (31) – que retomam (16a-b) e (18) – seguindo Lobeck (1995) na asserção de que uma das propriedades das elipses é a possiblidade de ter um antecedente pragmático.

(31) (a) O Pedro nunca esqueceu a ex-Δ.

(b) Eu não aceito ser vice-Δ.

(c) A Ana disse que é bi-Δ.

A possiblidade mesma da ocorrência dos afixos em (31) se justifica não pela lexicalização desses morfemas, mas pela elisão de suas respectivas bases na sua estrutura sintática/morfológica seguida da recuperação do seu significado por meio do contexto; por exemplo, em (31a), é o *fundo conversacional compartilhado* aquele a determinar se a base à qual *ex-* se adjunge é *namorada*, *mulher* etc. (dada a ocorrência do determinante *a*) e o mesmo se aplica a (31b) para *vice-*, se a base é *presidente*, *coordenador*, *secretária*, *reitor* etc. Em (31c), a base pode ser, por exemplo, *campeão* ou *sexual*, e isso é determinado contextualmente.

De todo modo, em casos como (31), a elisão obedeceria aos mesmos princípios já mostrados, com a exceção de que o antecedente não é linguístico. O mesmo tratamento se aplicaria a casos como (31c) e (32) em que o funcho conversacional determinaria a referência da base elidida.

[18] Como normalmente assumido na teoria da Morfologia Distribuída, o nó Agr (que aloca a concordância) só entra na derivação em MS, depois de todas as operações sintáticas; contudo, dado que o que se move é o aP, maiores detalhes sobre a concordância do adjetivo são irrelevantes para a presente discussão.

(32) (a) Todo mundo sabe que o João é hétero.

(b) Todo mundo sabe que o José é homo.

(c) Todo mundo sabe que o Brasil é penta.

(d) Todo mundo sabe que a Itália é tetra.

O emprego produtivo desses prefixos com a elisão das bases *sexual* – para (31c) e (32a-b) – e *campeão* – para (3c-d) – no português brasileiro pode ser explicado pelo alto grau de destaque que essas palavras têm no repertório linguístico vernáculo dos brasileiros. De todo modo, em detrimento da posição lexicalista, para explicar esses exemplos, este trabalho propõe que o afixo não está "lexicalizado" (e, nesse sentido, autônomo em relação à sua base)[19], mas sim que está em uma estrutura em que a base está presente, ainda que ausente de conteúdo fonológico.

5 ELIPSE EM MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

Em sintaxe, há ainda um intenso debate acerca da natureza das elipses, a saber, se o material da elisão diz respeito a um constituinte sintático que foi apagado em PF ou se o constituinte elidido está, na verdade, ausente sintaticamente, mas é reconstruído semanticamente em LF; além dessas, há ainda uma terceira visão que advoga em favor da ausência total de estrutura para o vazio sintático e da sua recuperabilidade semântica por meio do contexto – as *anáforas profundas*.

Não é objetivo deste trabalho discutir ou cotejar essas propostas[20], mas é importante deixar claro que existe divergência entre os linguistas no que concerne à implementação e ao licenciamento das elipses; contudo, a proposta do presente estudo parte da hipótese de que os "vazios" encontrados no domínio da palavra obedecem aos mesmos princípios e às mesas restrições que as elipses no domínio da sentença, uma vez que as palavras são construídas na sintaxe e estão sujeitas aos mesmos fenômenos.

---

19 Contudo, cumpre notar que, como observado por um dos pareceristas anônimos, dentro do quadro da Morfologia Distribuída, é possível tratar alguns afixos como raízes. A verificação dessa hipótese bem como de suas implicações merece ser retomada em trabalhos futuros; para alguns desses casos, cf. Scher & Nóbrega (2014).

20 Para uma visão geral dessas propostas, cf. Merchant (2016) e bibliografia citada nesse trabalho.

Assumindo a arquitetura da gramática apresentada na introdução, a primeira constatação, no que toca às elipses, é a de que é pouco econômico teoricamente falar em apagamento em PF já que o sistema computacional (sintaxe e morfologia) opera com feixes de traços abstratos desprovidos de conteúdo fonológico (*inserção tardia*), então, por hipótese, é mais elegante impedir a inserção de fonologia do que inseri-la e logo em seguida, apagá-la – na ausência de evidência para esse caso.

Além disso, dentro de um quadro como o da Morfologia Distribuída, é incoerente implementar o fenômeno das elipses por meio da postulação de ausência sintática seguida de reconstrução em LF, já que tal modelo opera, seguindo Halle & Marantz (1994), com uma estrutura sintática hierárquica por toda derivação e, portanto, não há ausência de estrutura em nenhum momento da derivação.

No que tange à sintaxe, para Merchant (2013), a implementação da elipse envolve a postulação de um traço [E], presente no léxico, que deve se concatenar a um núcleo apropriado, devido à sua deficiência morfossintática[21]; assim, a concatenação do traço [E] a um núcleo desencadeia a não realização fonética do seu complemento, isto é, o seu apagamento em PF. Como comenta o autor, nessa visão, o material elidido está plenamente presente na derivação sintática.

Assim, transpondo a análise de Merchant para o modelo da Morfologia Distribuída, seria possível advogar em favor da existência de um traço [E] na Lista 1, já presente na *numeração* quando há instâncias de elipse e, posteriormente, impede a inserção de conteúdo fonológico – ou seja, de inserção de Vocabulário – naquele nó; entretanto, diferentemente do que ocorre na sintaxe, a adição do traço [E] nos morfemas deve privar a inserção da fonologia naquele e em qualquer outro nó/morfema abaixo na estrutura, inclusive seu complemento.

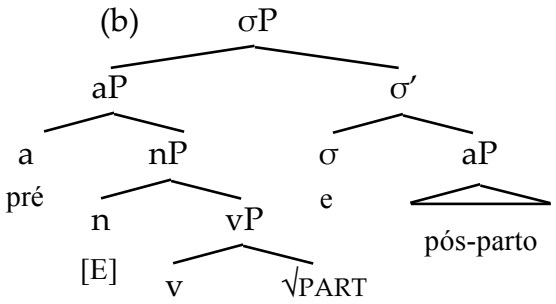
De todo modo, a privação da inserção do conteúdo fonológico não impede que a estrutura seja interpretada na Enciclopédia; isso porque, como entende Marantz (1995), o sistema computacional *usa* os traços morfossintáticos e semânticos e o Vocabulário e a Enciclopédia apenas *mencionam* esses mesmos traços. Nessa perspectiva, então, a não inserção de Vocabulário para aqueles nós em PF não obsta a sua interpretação em LF.

[21] Segundo o autor, como ocorre com os clíticos, por exemplo.

Naturalmente, ainda não há como prever quando o traço [E] é empregado e nem em quais nós ele pode entrar, mas isso é igualmente uma questão que precisa ser melhor entendida nas elipses no domínio da sentença. De todo modo, para ilustrar apenas um exemplo, (33b)[22] – para (28b) reescrito em (34a) – representa a ocorrência desse traço, o qual desencadeia a privação da inserção de conteúdo fonológico no nó e no seu complemento, configurando uma elipse (no domínio da palavra).

(33) (a) pré-Δ e pós-parto

(b)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo reinterpretar alguns fenômenos morfológicos já tratados na literatura, mais especificamente aqueles que envolvem o pagamento de um constituinte interno à palavra, à luz de uma abordagem sintática para a formação de palavras, como a da Morfologia Distribuída. Primeiramente, foi necessário mostrar que existem vários fenômenos diferentes que envolvem algum tipo de apagamento (morfo)fonológico/sintático com o intuito de isolar o fenômeno de interesse deste estudo, a saber, aquele que tem sido tratado pela literatura lexicalista como "lexicalização de afixo".

O presente artigo procurou mostrar que o tratamento lexicalista apresenta uma série de limitações (teóricas e empíricas) e, adicionalmente, propõe uma abordagem sintática para a formação de palavras que não somente tem um maior alcance empírico – à medida em que dá conta da dinamicidade de tal fenômeno e dos fatos relacionados a ele – mas também tem uma elegância teórica, no

[22] O estágio verbal (vP) é aquele que atribui a leitura de evento a *parto*; como essa discussão não é relevante para os presentes propósitos, ela não está sendo considerada neste trabalho.

sentido de que estabelece um paralelo entre fenômenos ocorridos no domínio da sentença com os mesmos fenômenos ocorridos no domínio da palavra.

Naturalmente, muitas questões ficaram em aberto e precisam ser mais bem exploradas, sobretudo a relação entre a elipse no domínio da palavra (proposta neste estudo) e os outros tipos de "apagamento" de constituintes intravocabulares. Adicionalmente, trabalhos futuros devem dar pistas de qual é a melhor maneira de caracterizar os prefixos e os fenômenos a eles relacionados. De todo modo, se a abordagem defendida neste artigo estiver na direção correta, há mais uma evidência em favor da abordagem sintática para a formação de palavras, já que a elipse é um fenômeno que pode abranger domínios menores que a palavra.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BASSANI, Indaiá de Santana. Denominal verbs in Brazilian Portuguese: distinguishing between diachronic and synchronic structures within Distributed Morphology approach. *Alfa*. São Paulo. v. 56, n. 1, p. 137-167. 2012.

FÁBREGAS, Antonio; SCALISE, Sergio. Morphology's relation to syntax. In: ____. *Morphology*: from data to theories. Edinburgh: University Edinburgh Press. p. 133-151. 2012.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Atuais tendências em formação de palavras*. Contexto: São Paulo. 2016.

HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay. On the argument structure and lexical expression of grammatical relations. In: HALE, Keneeth; KEYSER, Jay (Eds.). *View from the word building 20*. Cambridge: MIT Press. p. 53-110. 1993.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Keneeth; KEYSER, Jay (Eds.). *View from the word building 20*. Cambridge: MIT Press. p. 111-176. 1993.

_____. Some key features of Distributed Morphology. *MIT Working papers in Linguistics*: papers in Phonology and Morphology. Cambridge, v. 21, p. 275-288. 1994.

HARLEY, Heidi. On the identity of roots. *Theoretical linguistics*. v. 40, n. 3/4, p. 225-276. 2014.

JACKENDOFF, Ray. Gapping and related rules. *Linguistic Inquiry*, v. 2, p. 21-35. 1971.

JOHNSON, Kyle. What VP ellipsis can do, and what it can't, but not why. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (Eds.). *The handbook of contemporary syntax theory*. Blackwell: Malden. p 439-479. 2001.

_____. *Gapping*. (manuscrito).

LOBECK, Anne. Ellipsis in Government-Binding theory. In: _____. *Ellipsis*: functional heads, licensing and identification. Nova Iorque: Oxford, 1995.

MARANTZ, Alec. *'Cat' as a phrasal idiom*: stem supletion, or the arbitrariness of the sign. Handout apresentado na Universidade de Paris VIII. 1995.

_____. No scape form Syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *University of Pennsylvania working papers in Linguistics*. Pennsylvania. v. 4. p. 201-225. 1997.

MERCHANT, Jason. Voice and ellipsis. *Linguistic Inquiry*, v. 44, n.1, p. 77-108. 2013.

_____. Ellipsis: a survey of analytical approaches. In: CRAENENBROECK, Jeroen van; TEMMERMAN, Tanja. *A handbook of ellipsis*. Londres: Blackwell, 2016.

ROCHA, Luiz Carlos Assis. *Estruturas morfológicas do português*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo.* Curitiba: UFPR, 1989.

SCHER, Ana Paula. Morfologia Distribuída: formação de palavras na sintaxe. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Novos caminhos da Linguística*. São Paulo: Contexto. p. 37-59. 2017.

_____; NÓBREGA, Vitor. Unifying neoclassical and stem-based compounds: a non-lexicalist approach. *Linguística*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 74-98. 2014.

SCHWINDT, Luiz Carlos. O prefixo no português brasileiro: análise prosódica e lexical. *DELTA*. São Paulo, v. 17, n. 2. 2001.

WILLIAMS, Edwin. On the notions 'lexically related' and 'head of a word'. *Linguistic Inquiry*, v. 12, n. 2, p. 245-274. 1981.

ZOCCA, Cynthia Levar. *O que não está lá?* Um estudo sobre morfologia flexional em elipses. 2003. 175f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Nota do editor:
Artigo submetido para avaliação em: 15 de novembro de 2017.
Aprovado em sistema duplo cego em: 04 de março de 2018.